



Teto de gastos é o primeiro item da pauta do Plenário amanhã

A intenção é aprovar a proposta do governo para ajuste fiscal e promulgá-la na quinta-feira, anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros

Os senadores devem concluir amanhã a votação da PEC do Teto de Gastos. A proposta que limita os gastos públicos por 20 anos foi aprovada em primeiro turno em 29 de novembro.

A votação será possível agora porque as três sessões de discussão previstas no rito de tramitação foram feitas no mesmo dia, quinta-feira, com a realização de sessões deliberativas extraordinárias. A estratégia foi contestada pela oposição, mas foi mantida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Além da PEC, outros projetos polêmicos constam da pauta do Plenário, como o que permite a venda de crédito tributário e não tributário para reforçar o caixa de União, estados e municípios, e o que regulamenta o teto salarial dos servidores públicos. **3**



Senadores debatem, em sessão de discussão no Plenário, a PEC 55/2016, enviada pelo governo de Michel Temer para ajustar as contas públicas

Marcos Oliveira/Agência Senado — 8/12/2016



Cristovam Buarque e Wellington Fagundes (1º e 2º à esq.) no seminário Congresso do Futuro

Futuro da democracia exige inovação tecnológica, destaca seminário

O exercício da democracia não pode abrir mão dos recursos digitais, na opinião dos participantes do seminário 1º Congresso do Futuro. Na sexta-feira, o evento debateu a democracia representativa no mundo digital. Os palestrantes afirmaram que o uso da tecnologia digital torna os governos mais eficazes, eficientes e transparentes. Também aumenta

a interação entre cidadãos e eleitos, permite denúncias e a apresentação de demandas coletivas. Ferramentas como o e-Cidadania, do Senado, que são um canal de comunicação com o cidadão, foram destacadas no evento. O senador Wellington Fagundes, que coordenou o debate, disse que o Senado tem trabalhado para democratizar a participação legislativa. **4**

Telefônicas poderão ter limites para cobrar os clientes

As operadoras de telefonia não poderão enviar mais de uma mensagem de texto ou de voz por dia para lembrar o cliente que uma conta não foi paga, prevê projeto na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia. Cobrança repetitiva é prática abusiva, avalia o relator. **3**

Congresso analisa vetos e Orçamento e homenageia Arraes

O Congresso deve se reunir amanhã e quarta-feira para votar vetos presidenciais, destaques à LDO e a proposta de Lei Orçamentária para 2017. Há ainda uma sessão solene prevista: amanhã, às 12h, senadores e deputados homenageiam Miguel Arraes, nascido há 100 anos. **2**

Prevista instalação de duas comissões de medidas provisórias **4**

Bebida alcoólica deve ter de anunciar calorias do produto no rótulo **3**

Colegiado pode decidir nesta semana renegociação de dívidas dos estados

A redução das parcelas mensais das dívidas dos estados com a União volta amanhã à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, Armando Monteiro, apresentou um substitutivo em que introduz várias exigências como contrapartidas para a assinatura do termo aditivo de renegociação.

A medida suspende o pagamento das parcelas devidas de julho a dezembro de 2016. A proposta estende por mais 20 anos o prazo para o pagamento dessas dívidas. Somados os prazos remanescentes, os estados terão até 50 anos para quitá-las. Também está previsto o refinanciamento de contratos de empréstimos e financiamentos. **3**



Armando Monteiro, relator do texto, apresentou substitutivo com novas exigências aos estados

Marcos Oliveira/Agência Senado — 18/10/2016

Morre aos 84 anos o ex-senador Elcio Alvares, do Espírito Santo **2**

Dia Internacional dos Direitos Humanos é tema de audiência pública **4**

Última semana de votação terá duas sessões deliberativas para análise de projetos importantes como a proposta de lei orçamentária de 2017. Também está prevista a promulgação da PEC do Teto de Gastos

Vetos, Orçamento e LDO fecham ano no Congresso

NA ÚLTIMA SEMANA de votações antes do recesso, o Congresso tem três sessões marcadas. Duas deliberativas, para análise de vetos e projetos de lei, e outra solene, para homenagem ao ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. O presidente do Senado, Renan Calheiros, previu também uma quarta reunião, desta vez para promulgar a emenda constitucional que trata do teto dos gastos públicos (PEC 55/2016).

As reuniões deliberativas estão marcadas para amanhã, às 19h, e quarta-feira, às 11h. A pauta tem nove vetos do presidente Michel Temer e outros 34 projetos.

Entre os vetos a serem analisados, está o que recaiu sobre a Medida Provisória (MP) 733/2016, transformada na Lei 13.340/2016, que facilita a renegociação de dívidas de produtores rurais do Norte e do Nordeste prejudicados pela seca (VET 38/2016). O presidente Temer vetou três dispositivos do texto aprovado pelo Congresso, alegando equívoco técnico.

Orçamento

Senadores e deputados precisam também concluir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que teve o texto principal (PLN 2/2016) aprovado em agosto e depende da votação de três destaques, o que deve ocorrer amanhã.

Dois destaques tentam evitar



Centenário de nascimento de Miguel Arraes será lembrado em sessão solene

que recursos para ciência e tecnologia sejam contingenciados. O outro retira do texto autorização para o governo mudar o destino de parte dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os parlamentares vão correr contra o tempo para conseguir aprovar a proposta orçamentária de 2017 (PLN 18/2016). O relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), garantiu que entregaria ontem o relatório sobre a proposta.

Na quarta, às 9h, está prevista a votação do texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO). No mesmo dia, ele segue para o Plenário do Congresso, que concluirá a análise do projeto.

A maioria dos projetos da pauta é para liberação de recursos para ministérios. O dinheiro extra vai, por exemplo, para o Programa Farmácia Popular, do Ministério da Saúde (R\$ 300 milhões); para estradas e ferrovias (R\$ 189 milhões); para o Fundo do

Serviço Florestal Brasileiro (R\$ 9,78 milhões), para a Biblioteca Nacional (R\$ 4,75 milhões) e para o Instituto Brasileiro de Museus (R\$ 14,1 milhões).

A pauta tem ainda dois projetos de resolução: o PRN 3/2013, que aumenta o prazo de recebimento de emendas para medidas provisórias, e o PRN 1/2016, que altera o Regimento Comum do Congresso para aumentar, de cinco para dez, o número de vice-líderes do governo no Congresso.

Arraes

Amanhã, às 12h, sessão solene homenageia o centenário de nascimento de Miguel Arraes. A iniciativa foi da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), do deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) e de outros congressistas.

Arraes nasceu em 15 de dezembro de 1916, foi deputado estadual e federal, governou Pernambuco em três mandatos e presidiu o Partido Socialista Brasileiro (PSB).



Morreu na sexta-feira o ex-senador Elcio Alves, que representou o Espírito Santo entre 1991 e 1998. Ele tinha 84 anos e estava internado em Vitória desde agosto, com problemas de pressão arterial e insuficiência renal. Elcio Alves foi deputado federal pelo Espírito Santo nos anos 70 e governador entre 1975 e 1979. Ajudou a fundar o Partido da Frente Liberal (hoje DEM) em 1986 e se elegeu para o Senado quatro anos depois. Durante o mandato, se licenciou duas vezes para assumir ministérios: o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 1994 e 1995, e o da Defesa, entre 1999 e 2000. O político ainda exerceu dois mandatos de deputado estadual. Atualmente, atuava no Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Dia dos Direitos Humanos
9h Audiência pública interativa sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado em 10 de dezembro.

PLENÁRIO Discursos
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos.

CI Energia renovável
8h30 Audiência pública interativa debate a necessidade de aumento da energia elétrica gerada por fontes renováveis.

CCT Cobrança a clientes
8h45 Entre os 42 itens da pauta, está o PLC 108/2015, que impõe limite para alertas de cobrança de empresas telefônicas a clientes.

CMA Calorias em bebidas
9h30 O PLS 360/2014, que determina a informação do valor energético no rótulo de bebidas alcoólicas, é um dos itens da pauta.

CAE Reequilíbrio fiscal
10h A comissão avalia, entre outros projetos, o PLC 54/2016, que estabelece medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Logo depois, análise do Sistema Tributário Nacional.

PLENÁRIO PEC do Teto de Gastos
10h Sessão extraordinária para votação da PEC 55/2016, que limita gastos públicos.

CMMC COP-22
11h A comissão mista avalia relatório anual das atividades do colegiado. Na sequência, audiência pública interativa para análise da 22ª Conferência do Clima da ONU (COP-22), realizada em Marrakech.

CONGRESSO Miguel Arraes
12h Sessão solene homenageia o centenário de nascimento de Miguel Arraes.

CRE Acordos internacionais
14h Análise de acordos internacionais. Entre eles, o Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul e acordo entre Brasil e Uruguai para cooperação em segurança.

DESBUROCRATIZAÇÃO Instalação
14h30 Instalação da Comissão Mista da Desburocratização, que vai avaliar procedimentos e rotinas da administração pública.

MP 751/2016 Cartão Reforma
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da comissão mista responsável pela medida provisória, que cria o programa Cartão Reforma.

MP 752/2016 Contratos de parceria
15h Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da comissão mista da medida provisória, que cria novas regras para contratos de parceria.

QUARTA

CONGRESSO Vetos
19h Sessão conjunta do Congresso para apreciação de vetos e projetos de lei. Entre eles, o que trata da Lei Orçamentária 2017.

CCT Atuação da Anatel
8h30 Audiência pública interativa discute medidas para o aprimoramento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

CI Sabatinas
8h30 Sabatina de Décio Fabrício da Costa e Felipe Kury, indicados para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

CDR Aviação regional
9h Análise de relatório sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, política pública avaliada pela comissão neste ano. Na sequência, avaliação de projetos. Entre eles, o PLC 159/2015, sobre normas de segurança em brinquedos de parques infantis.

CAS Aposentadoria
9h Análise de relatórios de avaliação de políticas públicas. A aposentadoria por tempo de serviço é uma das políticas avaliadas. Depois, a comissão analisa projetos.

CMO Lei orçamentária
9h Reunião extraordinária para análise do projeto de Lei Orçamentária de 2017. Às 14h, nova reunião sobre o mesmo assunto.

MP 747/2016 Radiodifusão
9h30 Análise de relatório da medida provisória, que trata da renovação do prazo de concessões e permissões de serviços de radiodifusão.

CE Políticas públicas
9h45 Avaliação de relatórios de políticas públicas como a implementação da Base Nacional Comum Curricular e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Logo depois, reunião deliberativa com 31 itens. O PLS 212/2016, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, é um deles.

CCI Documentos digitalizados
10h A análise em turno suplementar do substitutivo ao PLS 146/2007, que dispõe sobre a digitalização e o arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, é um dos 41 itens em pauta.

CONGRESSO Lei orçamentária
11h Sessão conjunta analisa projetos como o PLN 18/2016, que trata da Lei Orçamentária 2017.

OBRAS INACABADAS Audiência
11h30 A comissão faz audiência pública sobre a situação das obras inacabadas financiadas por recursos federais. Na sequência, apresentação do relatório preliminar.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário vota amanhã a PEC do Teto de Gastos

Caso aprovada pelos senadores, a proposta que congela os gastos públicos por 20 anos deve ser promulgada na quinta-feira, conforme declarou o presidente do Senado, Renan Calheiros

O SENADO DEVE concluir amanhã a votação da proposta de emenda à Constituição que limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação pelos próximos 20 anos. A PEC do Teto de Gastos foi encaminhada pelo governo Temer ao Congresso para conter o crescimento do déficit público e estabelecer um novo regime fiscal. O governo argumenta que o ajuste levará a economia a retomar o crescimento.

A PEC 55/2016 foi aprovada em primeiro turno no dia 29 de novembro por 61 votos a favor e 14 contra. Na última quinta-feira, a proposta teve a tramitação acelerada por sessões extraordinárias e passou no mesmo dia pelas três sessões de discussão do segundo turno no Plenário.

Na ocasião, o único senador a subir à tribuna para defender a proposta, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), considerou o ajuste fiscal necessário para enfrentar a crise, a seu ver resultado direto da política econômica do governo da ex-presidente.

Já para Humberto Costa

(PT-PE), o congelamento das despesas públicas vai agravar a recessão econômica e o desemprego. Para Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), o argumento de que proposta poderá atrair investimentos ao país não se sustenta.

— O capital privado não chegou e não vai chegar. Primeiro, porque nós não vivemos uma estabilidade — afirmou, apontando fragilidade política e falta de credibilidade do governo Temer.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a PEC do Teto de Gastos deve ser promulgada pelo Congresso já na quinta-feira.

Outros projetos

Polêmica também cerca projeto de lei que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos tributários e não tributários. O PLS 204/2016 — Complementar, do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), pode ser votado após a PEC de Teto de Gastos. A permissão vale para todos os entes da Federação e



Senadores durante sessão deliberativa extraordinária de quinta-feira, que contou como sessão de discussão da PEC

visa reforçar o caixa da União, dos estados e dos municípios.

De acordo com o texto, a venda não pode alterar as condições de pagamento já estabelecidas para o crédito, nem transferir para o setor privado a prerrogativa de cobrança judicial, que deve permanecer com o poder público. A operação não pode acarretar compromisso financeiro para a administração pública, como a eventual responsabilização pelo pagamento futuro, no caso de inadimplência do devedor.

Três projetos da Comissão

Especial do Extrateto também estão na pauta. Trata-se dos PLS 449, 450 e 451, de 2016, que têm objetivo de, respectivamente: regulamentar o limite remuneratório no serviço público federal; obrigar a divulgação das remunerações pagas aos agentes públicos; enquadrar como ato de improbidade administrativa a autorização de pagamento de verbas remuneratórias acima do teto constitucional.

A expectativa é de que também possa ser aprovado pelo Plenário o PLS 559/2013,

da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações, que estabelece novo marco legal para licitações e contratos.

Outros temas importantes constam da ordem do dia: o PLS 280/2016, que define crimes de abuso de autoridade; a PEC 113-A/2015, que acaba com a reeleição para o Executivo; o PLC 30/2015, que regula os contratos de terceirização; e a PEC 62/2015, que dá fim ao “efeito cascata” nos salários dos servidores da União, dos estados e municípios.

Senadores analisam reescalonamento de dívidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá fazer amanhã uma nova tentativa de votar a redução das parcelas mensais das dívidas dos estados com a União.

A medida está prevista no PLC 54/2016 — Complementar, de iniciativa do Executivo, que suspende o pagamento das parcelas devidas de julho a dezembro de 2016. Os descontos, escalonados, ficarão menores ao longo do tempo, caindo de 94,73% em janeiro de 2017 para 5,26% em junho de 2018.

A proposta estende por mais 20 anos o prazo para o pagamento dessas dívidas. Somados os prazos remanescentes, os estados terão até 50 anos para quitá-las. Também está previsto o refinanciamento de contratos de empréstimos e financiamentos celebrados

até o final de 2015 entre as instituições públicas e os estados com recursos do BNDES.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou um substitutivo ao texto da Câmara, em que introduz várias exigências como contrapartidas para a assinatura do termo aditivo de renegociação.

As principais são: vedar a edição de leis ou programas de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira; suspender a contratação de pessoal, exceto nas estatais não dependentes, nas reposições de vacância, na aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, e nos cargos de chefia que não elevem despesas; reduzir a despesa mensal com cargos de livre provimento em 10%

na comparação com o mês de junho de 2014; e limitar as despesas com publicidade e propaganda a 50% da média dos valores empenhados nos últimos três anos.

Os estados terão de estabelecer como limite do crescimento anual das despesas primárias correntes a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), durante os 24 meses subsequentes à assinatura do primeiro termo aditivo.

Relatório

A pauta completa da reunião deliberativa da CAE, que tem início às 10h, tem 22 itens.

Parte da reunião será destinada a examinar relatório de Lindbergh Farias (PT-RJ) sobre equidade e progressividade do sistema tributário nacional.

Rótulos de bebida alcoólica podem passar a informar valor calórico

Projeto que obriga fabricantes de bebida alcoólica a incluir no rótulo o valor calórico do produto está na agenda de amanhã da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A informação, como justifica o autor do projeto (PLS 360/2014), o ex-senador Rubem Figueiró, é importante para pessoas que lutam contra o sobrepeso e a obesidade.

O relator na CMA, Romero Jucá (PMDB-RR), concorda. Ele destaca que, para bebidas alcoólicas, que em geral são bastante calóricas, ainda não é obrigatória a informação sobre o valor energético.

Com isso, pondera o relator, o ganho de peso se torna mais um risco associado ao consumo dessas bebidas, ao lado de

danos à saúde, decorrentes do alcoolismo, e das consequências da ingestão excessiva de álcool, como acidentes de trânsito, problemas no trabalho e violência familiar.

— O mérito da proposição reside em proporcionar ao consumidor informação mais completa, para que ele disponha de mais elementos para um consumo consciente.

Depois da CMA, a proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A pauta inclui ainda requerimento de Humberto Costa (PT-PE) convocando o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para explicar denúncias feitas por Marcelo Calero, ex-ministro da Cultura.

Limite para cobranças de telefônicas a cliente será analisado em comissão

As operadoras de telefonia não poderão enviar mais de uma mensagem de texto ou de voz por dia para lembrar o cliente que uma conta ainda não foi paga. É o que determina Projeto de Lei da Câmara 108/2015, primeiro item da pauta de amanhã da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado (CCT).

Conforme a proposta, um novo aviso de cobrança só poderá ocorrer após 72 horas da primeira notificação. Caso a

empresa descumpra o prazo, terá de pagar multa de até 100% do valor do débito não pago para cada mensagem enviada em descumprimento ao limite. Em caso de reincidência, o valor deve ser cobrado em dobro.

Para o relator na CCT, Dário Berger (PMDB-SC), o envio repetitivo de mensagens de cobrança é prática abusiva:

“Vem causando constrangimento aos usuários, os quais, mesmo em si-

tução de inadimplência, têm o direito de receber por parte das operadoras tratamento respeitoso, baseado em critérios previamente estabelecidos”, avalia o parlamentar.

Após análise da CCT, a proposta seguirá para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Também está na pauta o Projeto de Lei do Senado (PLS) 431/2014, do ex-senador Anibal Diniz, que classifica os

serviços de acesso à internet em banda larga como essenciais. Caso aprovado, a União será responsável por garantir a existência e a universalização do serviço, o qual passará a ser prestado em regime público.

Outro item que pode ser votado é o PLS 206/2012, da senadora Ana Amélia (PP-RS), que dispensa hotéis e motéis da cobrança de direitos autorais pela execução de música nos quartos.

Democracia precisa dos recursos digitais, aponta Congresso do Futuro

Para especialistas, tecnologia ajuda a formar governos mais eficazes, a ampliar a interação entre cidadãos e eleitos e a dar voz a grupos oprimidos

O 1º CONGRESSO do Futuro teve, na sexta-feira, mais uma rodada de debates sobre a democracia representativa no mundo digital. Os palestrantes concordaram que o exercício da democracia não pode abrir mão dos recursos digitais.

Professor de Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Wilson Gomes disse que o mundo hoje é de cidadãos hiperconectados, pois a internet migrou do computador para outros objetos, como celular e TV, criando a internet das coisas. Assim, é inevitável pensar em uma democracia intimamente ligada aos recursos tecnológicos.

— O uso de tecnologias digitais tem a função de formar governos e Legislativos mais eficazes e eficientes — afirmou.

Para ele, a entrega de serviços públicos digitais, a transparência por meio de prestação de contas em sites e os dados abertos já são exemplos da



Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Eduardo Viotti, Kishore Singh, Isaac Roitman e Rafael Lucchesi no evento

transformação da tecnologia nas instituições oficiais. Ele também destacou a capacidade de mais interação entre cidadãos e eleitos, as reivindicações de minorias, as denúncias de violação de direitos e a apresentação de demandas coletivas.

— Isso tudo é visto como uma onda de renovação do que sustenta as democracias liberais, melhorando os modelos de democracia.

Os recursos digitais podem garantir voz a grupos oprimidos, disse a professora Rousiley Maia, do Departamento de

Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Ela apresentou projeto que prevê a capacitação de 500 jovens que usarão a tecnologia para apresentar às autoridades as demandas das comunidades.

Participação social

Segundo o professor Sérgio Braga, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, os Parlamentos devem ser pontos de segurança contra qualquer ideia de imposição ou de limites às liberdades do cidadão. Daí

a importância de iniciativas de participação popular, como o Portal e-Cidadania, do Senado — em que o cidadão pode opinar e até apresentar sugestões que podem virar projeto de lei.

— Essas iniciativas dinamizam os órgãos parlamentares e incentivam a participação democrática do povo — disse.

Wellington Fagundes (PR-MT), que coordenou o debate, disse que o Senado tem trabalhado para democratizar a participação legislativa.

O diretor de Ecossistemas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, Otávio Caixeta, apresentou vídeo com uma mensagem do cientista Vint Cerf. Inventor do protocolo IP, que estrutura a comunicação na internet, Cerf é considerado um dos pais da rede. No vídeo, ele disse que uma das maiores invenções da história é a linguagem e destacou que hoje há inúmeras formas de comunicação. Ele alertou sobre a quantidade de informações inverídicas que circulam na rede.

O Congresso do Futuro começou na quinta e debateu desenvolvimento sustentável, alimentação, educação e inovação. O evento foi promovido pela Comissão Senado do Futuro, que tem Wellington Buarque (PPS-DF) como vice.

Escola do século 21 está no passado, dizem debatedores

As salas de aula do início do século 21 ainda são muito parecidas com as de 100 anos antes, alertaram especialistas que participaram do segundo dia do Congresso do Futuro. O descompasso com a realidade fora das escolas, advertiram, desmotiva as crianças, afasta os jovens e evita o crescimento da produtividade do país.

Nas escolas do começo do século 20, recordou o jornalista Marcelo Tas, as crianças tinham como única fonte de informação o professor, que se baseava em um livro-texto. O ambiente físico de hoje é parecido, disse, mas os alunos contam com múltiplas fontes de informação na internet.

— Os brasileiros são abertos às transformações e às novidades. Somos os maiores usuários das redes sociais, o que chama a atenção de especialistas estrangeiros — disse.

Para Isaac Roitman, da Universidade de Brasília, as escolas deverão gradativamente eliminar as aulas expositivas, visto que os estudantes “têm o conhecimento no bolso”.

Quase todas as escolas brasileiras já têm computadores, disse o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Rafael Lucchesi. Mas apenas 5% usam as máquinas em aula.

— A juventude brasileira acha a escola chata — afirmou.

Para o indiano Kishore Singh, relator especial das Nações Unidas para o Direito à Educação, se os jovens abandonam as aulas é porque “a educação não é o que eles esperavam”.

Jornalista especializada em novas mídias, Gabriela Mafort citou fatores que estão mudando a comunicação no mundo: inteligência artificial, realidade virtual, análise preditiva e conteúdo personalizado.

Já para Cristovam, a universidade atual “não faz perguntas, só dá respostas”. Diretor da Totvs, Mário Almeida disse que, com o acesso imediato à internet, é cada vez mais importante aprender a lidar com os dados que são consumidos.

Comissões mistas de duas MPs devem ser instaladas amanhã

Estão marcadas para amanhã as reuniões de instalação das comissões mistas encarregadas de analisar e emitir parecer sobre as medidas provisórias (MPVs) 751 e 752/2016. As reuniões começam às 14h30 e às 15h, respectivamente.

A Medida Provisória 751/2016 cria o Programa Cartão Reforma, com o objetivo de subsidiar a aquisição de materiais de construção

destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de imóveis de famílias de baixa renda.

Já a Medida Provisória 752/2016 autoriza a prorrogação e a possibilidade de nova licitação de contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. As regras valem para os projetos que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos, o PPI.

Dia Internacional dos Direitos Humanos é tema de audiência

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado em 10 de dezembro, será tema hoje de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A data foi instituída pela ONU em 1950, dois anos depois de a instituição adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos como marco legal regulador das relações entre pessoas e governos.

O documento descreve direitos como liberdade, educação, saúde, cultura, alimentação e moradia.

A audiência foi solicitada pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). Entre os convidados, estão Silvío Albuquerque, do Ministério da Justiça, e a especialista em causas da violência Ana Bock.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Seminário supera expectativas, afirma Wellington

O seminário 1º Congresso do Futuro registrou mais de mil participantes por dia, superando as expectativas, ressaltou Wellington Fagundes (PR-MT).

O evento, que durou dois dias na semana passada, foi uma iniciativa da Comissão Senado do Futuro, presidida pelo senador.

— Por ser o primeiro, não esperava que pudéssemos mobilizar tantos estudantes, acadêmicos, cientistas, professores, todos ávidos pelo desafio de construir o futuro.

Wellington também lamentou a morte de dois índios xavantes em Primavera do Leste (MT) e pediu à Funai providências para resolver os problemas da região.

Proposta de reforma da Previdência é “uma bomba”, avalia Paim

A proposta de reforma da Previdência Social do governo é uma “bomba” neste momento de instabilidade política vivido pelo país, segundo Paulo Paim (PT-RS). O senador afirmou que a PEC 287/2016 não vai passar do jeito que está.

— O governo mandou uma proposta irreal, absurda, tipo “bode na sala”. Uma proposta truculenta, que é quase uma ofensa ao povo brasileiro. Não atinge os poderosos, só os trabalhadores — afirmou.

Para Paim, há outros meios de enfrentar os problemas do sistema, como o combate à sonegação, à fraude e à corrupção.

Raimundo Lira critica redução de agências do Banco do Brasil

O fechamento de mais de 400 agências do Banco do Brasil contraria o interesse nacional, segundo Raimundo Lira (PMDB-PB). O banco anunciou um plano de reestruturação que prevê a transformação de 379 agências em postos de atendimento e a redução do número de funcionários.

Segundo o senador, a medida impacta principalmente a vida de moradores de pequenos municípios, que terão que se deslocar para outras cidades. Lira requereu debate sobre o tema na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).